

MEMORIA

SOBRE A DESCOBERTA

DAE

ILHAS DE PORTO SANTO E MADEIRA

1418 — 1419

(FRAGMENTO DE UM LIVRO INEDITO)

POR

E. A. Bettencourt



PORTO

Typographia do Commercio do Porto

RUA DA FERRARIA N.ºs 102 A 112

1875

4/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

1/11/1919

MEMORIA SOBRE A DESCOBERTA

DAS

ILHAS DE PORTO SANTO E MADEIRA

1418 - 1419

(FRAGMENTO DE UM LIVRO INEDITO)

Quando o infante D. Henrique voltou de Africa foi residir em uma terra do Algarve, situada na ponta mais desgarrada da Europa, e que parece ter sido destinada pela natureza a servir de posto avançado á civilisação europeia. Nesta terra, cujo senhorio el-rei havia dado a D. Henrique, fundou elle uma villa, que se denominou do «Infante», e a qual devia servir para tracto e refresco dos mareantes que fossem ou viessem do levante.

Sagres, no cabo de S. Vicente, pois que foi este o lugar escolhido pelo infante para estabelecer a sua villa, era pelo occidente o *terminus* natural do mundo conhecido no comêço do seculo XV, em quanto que o cabo Não, da Africa, marcava no mar do sul o limite até onde haviam podido chegar os navegantes europeus.

O infante desejava ultrapassar estes limites, colhera em Ceuta algumas informações, e com essas vagas noticias principiou a mandar os seus criados a explorar os mares do sul.

D. Henrique era o quarto filho de el-rei D. João I e grão-mestre da Ordem de Christo, dignidade que punha nas suas mãos a administração das enormes rendas da Ordem; possuia um genio emprehendedor e era perseverante e generoso: taes dotes juntos a tão grandes meios fizeram do infante o maior homem do comêço dos tempos modernos, heroe cujas obras aproveitaram ao mundo inteiro.

Quando, pois, o infante dava principio á serie de viagens de exploração que determinára fazer á costa d'Africa, mandando todos os annos duas ou tres caravellas, commandadas por alguns dos seus mais zelosos criados, com o encargo de passarem o cabo Bojador, e irem o mais longe que podessem; succedeu que dous fidalgos de sua casa, João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, que com o infante tambem se haviam achado no soccorro da praça de Ceuta, se lhe offereceram para irem passar o mencionado cabo e descobrirem a terra da Guiné.

Sairam portanto mar fóra estes arrojados fidalgos, em uma pequena embarcação, que o infante lhes fez aprestar e prover de todo o necessario; mas decorridas que foram algumas milhas encontraram ventos de travessia, que os arrojou para o alto mar onde correram por muito tempo á mercê de uma forte tempestade, até que se acharam sobre as costas de uma terra desconhecida.

Zarco e Tristão saíram em terra para se abrigarem da tormenta, dando, por tal motivo, á ilha desconhecida a denominação de *Porto Santo*.

Tendo Zarco e Tristão reconhecido a ilha, voltaram apresados a dar parte ao infante, que largamente os galardoou e lhes permitiu que fossem povoar a nova terra com muitas pessoas que para isso logo se offereceram; indo tambem n'essa occasião, por capitão donatario da ilha, Bartholomeu Perestrello, fidalgo da casa do infante D. João.

Chegados que foram á ilha de Porto Santo construíram suas barracas e se accommodaram o melhor que puderam. Tinha, porém, acontecido que, entre os animaes que Perestrello

levou para a ilha havia uma coelha prenhe, que acertando de parir durante a viagem foi lançada em terra com a sua prole. Estes coelhos, segundo asseveram quasi todos os escriptores que escreveram d'aquellas ilhas, foram qual praga do Egypto, porque multiplicaram muito e devastaram quasi todas as plantações que os colonos haviam feito. Bartholomeu Perestrelo desgostoso por este successo, ou talvez por não poder habituar-se a viver isolado na ilha, embarcou-se para o reino, emquanto que Zarco e Tristão foram em barcos construidos em Porto Santo examinar se era alguma nova terra o traço negro que um certo nevoeiro projectava constantemente no horizonte.

Singraram, portanto, na direcção d'aquella sombra informe e fumosa, e ao passo que d'ella se approximavam, assim se lhes foram patenteando as serras e os côrtes abruptos de uma terra virgem, fragosa e coberta de uma espessa matta.

Zarco e Tristão descobriram assim a ilha da Madeira, e depois de a reconhecerem, tendo desembarcado em diversas angras e penetrado no interior, voltaram a dar parte ao infante, que os premiou com as capitánias das duas partes em que determinou dividir a ilha.

Azurara, Barros, Damião de Góes e ainda outros mais (1) dizem positivamente que Tristão e Teixeira se dirigiam a Guiné ou a passar o cabo Bojador, e que foi uma tormenta que os levou á ilha de Porto Santo; sem admittirem que taes navegantes fossem em busca de uma ilha, cuja noticia viera de um captivo de Marrocos, como teem escripto alguns auctores, que acreditam na lenda de Machico.

Falta, portanto, nos primeiros escriptores d'este acontecimento, base em que se funde a ligação da descoberta da Madeira por Zarco e Tristão com a lenda de Machico, que Antonio Galvão e Francisco Manoel de Mello referem no «Tractado

(1) Azurara: C. da D. e C. de Guiné, cap. 83. — Barros: D. 1.^a, l. 1.^a, cap. 2.^a e 3.^a — D. de Góes: C. do P. D. Joam, cap. VIII — Andrade: C. de el-rei D. João P. 1.^a e 3.^a, cap. XCII — C. Lusitano: V. do infante D. Henrique, l. 2.^a

dos descobrimentos antigos e modernos» e nas «Epanaphoras de varia historia».

Na obra «The life of Prince Henry of Portugal», defende o sr. Major a veracidade da lenda de Machico, e tanto calor toma n'esta defeza que bem mostra quanto se deixára convencerda existencia d'aquelle acontecimento. E' tal a sua convicção que chega a persuadir-se de ter descortinado na romantica «Epanaphora amorosa» de Mello os principaes traços de uma verdadeira nção historica; julgando-a comprovada com o escripto de Valentim Fernandes, encontrado em Munich, aliás muito divergente em pontos essenciaes da mesma lenda.

O sr. Major dá-nos pela seguinte fôrma o extracto da lenda, que elle diz ser conforme se acha narrada pelo possuidor da «Relação original manuscrita»:

«No reinado de D. Duarte III, um mancebo de boa familia chamado Roberto Machin, teve a infelicidade de se enamorar de uma joven dama enjos paes, possuindo bens e jerarchia muito superiores aos d'elle, trataram com desprezo as suas pretensões. Querendo evitar suas repetidas visitas, alcançaram do rei ordem de prisão para Roberto, a fim de n'este meio tempo unirem sua filha a um fidalgo cuja posição mais convinha para manter a dignidade da sua familia.

«Como a dama, de nome Anna d'Arfet ou Dorset, correspondesse aos affectos de Machin, o mesmo foi sair elle da prisão que determinar-se a raptal-a. Com a ajuda de um amigo que procurou introduzir-se como palafrenero em casa de Anna, que era em Bristol, foi a final executado este plano, e d'alli partiram em uma embarcação que Machin já para este fim tinha preparado e equipado.

«A sua intenção era navegar para França; eis que sobre vindo-lhes um vento nordéste os apartou d'aquella costa, e depois de andarem treze dias á mercê de um temporal deram vista de uma ilha onde desembarcaram. Acharam-na despovoada, mas bem provida de madeira e agua, e de excellentes condições para se habitar.

Gosaram tres dias de tranquilla segurança, e em quanto uns exploraram o interior do paiz, os outros examinaram de bordo as suas margens; mas na terceira noite levantando-se uma tempestade deu com elles na Costa d'Africa. O susto e o soffrimento por que passára a infeliz dama haviam n'este desastre attingido as maiores proporções, e passados tres dias de completa prostração mental terminou seus dias. Foi sepultada ao pé do altar que se erigiu em signal de reconhecimento pela sua chegada, e, no quinto dia depois do seu fallecimento, Machin foi tambem encontrado morto sobre a sepultura da sua amante. Os restantes companheiros lhe abriram egual sepulchro e embarcaram-se depois no batel do navio, e, ao chegarem á Costa d'Africa foram levados á presença do rei de Marrecos, de quem ficaram captivos.

«Nas mesmas tristes circumstancias acharam seus companheiros que perdidos foram no navio levados da ilha.

«Entre os seus companheiros de cativeiro havia um João de Morales, natural de Sevilha, bom marítimo e experimentado piloto a quem fizeram a descripção da terra que tinham descoberto. Por este tempo a 5 de março de 1416 fallecera D. Sancho, filho mais velho do rei Fernando de Aragão, e deixára em testamento um rico legado para que de Marrocos fossem resgatados os christãos captivos, e entre elles havia este João de Morales, mas o navio que o trazia foi capturado pelo navegante portuguez João Gonçalves Zarco.

«Comtudo este, por clemencia, deu a liberdade aos inglezes captivos reservando só para si a Morales, cuja experiencia em materia nautica julgou poder ser util a seu amo o infante D. Henrique. Este Zarco tinha ido, como já nos disse Barros, em companhia de Tristão Vaz Teixeira, explorar a costa occidental d'Africa, e assaltados por uma tempestade foram dar na ilha do Porto Santo. Isto parece ter succedido no fim de 1418 ou principio de 1419. Foi Morales que lhe communicou o descobrimento de Machin, e partindo em um navio, com authorisação do infante e sob a direcção de Morales, fez

o importante descobrimento da ilha da Madeira, á metade da qual deu o nome de Funchal e á outra de Machico.»

Habituaados, como estamos, a respeitar a opinião do illustre sabio britannico, não podiamos deixar de nos sentirmos profundamente magoados por uma pungente contrariedade, quando se nos deparou a defeza de Machico, tão habilmente desempenhada por aquelle escriptor.

Desejamos partilhar sempre a sua opinião, seguit-a e cital-a até para credito nosso; mas para isso era-nos mister tornarmo-nos adulator, e nós, como portuguez, devemos ao snr. Major a consideração que deriva de um sentimento bem mais digno que o da adulação.

Por amor, pois, da verdade e com o mais profundo respeito nós vamos, segundo a nossa opinião, defender como primordial a descoberta das ilhas de Porto Santo e Madeira por Zarco e Tristão, com prejuizo da pretendida descoberta de Machico.

Principiando, pois, por mostrar a importancia que a «Epanaphora» de Mello pôde ter como documento historico, comparal-a-hemos com o escripto da collecção de Fernandes, e com o de Antonio Galvão, citados pelo snr. Major, concluindo por emittir a nossa humilde opinião sobre o pretendido caso.

A lenda, contada pelo ameno auctor das «Epanaphoras», não nos consta que tenha sido relatada por nenhum escriptor do seculo XV; Azurara nada diz a tal respeito, e crêmos que se a tivesse por verdadeira teria feito d'ella menção na sua «Chronica de Guiné», conforme fez das descobertas de outros estrangeiros. O manuscrito de Francisco Alcafurado, que serviu a Francisco Manuel de Mello para compôr a sua terceira «Epanaphora», e que diz ter vindo á sua mão por um extraordinario caminho, não apparece hoje em parte alguma, nem sabemos que algum outro escriptor tenha d'elle ou de seu auctor dado noticia. Em presença, pois, da chronica de Azurara, ha toda a razão para duvidar da authenticidade de um manuscrito que ninguem mais viu, pois que, tendo Azurara fal-

lado com quasi todos os descobridores, e consultado todos os escriptos para compôr a sua «Chronica» (1), parece-nos pouco verosimil ter-lhe escapado este escripto, e tambem o seu auctor, que se diz companheiro dos descobridores da Madeira, e que, segundo diz o auctor das «Epanaphoras», devia viver no paço do infante D. Henrique, ao tempo em que lá se achava tambem Azurara. (2)

E' para notar que sendo a «Chronica de Guiné» escripta sob os auspícios do infante D. Henrique, e tendo sido o manuscrito de Alcafurado, segundo diz ainda o auctor das «Epanaphoras», offerecido ao mesmo infante, elle não fizesse narrar na chronica um acontecimento que, a ter sido verdadeiro, tambem deveria ser conhecido de todos os tripulantes das embarcações do Zarco, e portanto impossivel de conservar-se em segredo. O caracter probo e verdadeiro de Azurara não nos permite suppôr que elle calasse a mais vedadeira relação do acontecimento, expondo-se aos retoques e emendas de tantas testemunhas oculares.

(1) «Azurara C. da D. e C. de Guiné. Capitulo XXX. Nota (1) do V. de Santarém. Recommendamos á attenção do leitor esta importante passagem, pela qual se mostra quanto esta chronica é preciosa pela sua authenticidade, visto que a dita passagem nos revela que Azurara não só consultára os documentos escriptos, mas até os mesmos descobridores, testemunhas oculares d'estes factos, visto que elle confessa não poder fallar da particularidade de que tracta, por Nuno Tristão ser já finado.»

(2) «Azurara C. da D. e C. de Guiné. Introducção do V. de Santarém pag. XI. A sua fidelidade como historiador é incontestavel. O seu escripto e amor da verdade era tal que preferia antes deixar a relação de alguns acontecimentos imperfeita, do que completal-a quando não podia obter já as noticias exactas dos que os tinham presenciado. A sua authoridade como escriptor contemporaneo é immensa, pois Azurara vivem com o principe immortal que elle idolatrava, conheceu pessoalmente os principaes e intrepidos descobridores, os quaes pela maior parte eram criados do infante, e educados scientificamente debaixo de seus auspícios.»

Estas circumstancias e o facto de se não achar, em nenhum auctor coêvo, noticia de Alcafurado concorrem poderosamente para augmentar, senão confirmar, as suspeitas que de ha muito nutrimos sobre a não existencia de tal escripto e de seu preconizado auctor.

Mas, ainda que ponhamos de parte esta ideia, a «Epanaphora» de Mello, já pela sua natureza evidentemente romantica, já por ser perto de dous seculos e meio posterior ao descobrimento da Madeira, e talvez tres á epocha em que se pretende dar por succedido o caso de Machico, está muito longe de poder ter a honra de ser comparada com a chronica de Azurara, ou com as Decadas de Barros; e muito menos de poder servir para decidir o caso.

Quanto a Valentim Fernandes é preciso saber-se que o seu livro não passa de um aggregado de varias noticias, escriptas por diversos individuos, onde a par da lenda de Machico figura uma «Chronica», tambem manuscripta, «da descoberta e conquista de Guiné» por Azurara, escriptos estes que, quanto ao nosso ponto, se contradizem mutuamente.

Esta «Chronica da descoberta e conquista de Guiné» tem differente divisão e nuoteração de capitulos d'aquella que foi publicada pelo illustre visconde de Santarem, e crêmos que será a primeira chronica d'aquelle descobrimento, que desapareceu do reino logo depois do seu auctor a ter escripto.

D'esta reunião de noticias varias e contradictorias concluimos nós que Fernandes, sem criterio, nem ideia de legar á posteridade a lenda de Machico ou a chronica de Azurara, reuniu no seu livro tudo quanto podesse avolumal-o ou augmentar-lhe o valor, querfosse absurdo quer não.

Este livro foi, portanto, colligido como objecto de mera especulação.

Ora, como não seja em um livro de especulação e de noticias contradictorias que se devam procurar elementos para decidir uma questão de facto, é bom que esta circumstancia não seja esquecida, tanto para que a lenda não ganhe com

a nomeada do collectot, como para que a chronica de Azurara não perca; por se julgar que ella fôra alli collocada a proposito de contradictoria.

Para que o leitor podesse fazer ideia das contradicções dos tres principaes propagadores da lenda de Machico, Mello, Galvão e Fernandes, era-lhe mister ter conhecimento integral da lenda escripta por Valentim Fernandes; mas o snr. Major limita-se a indicar, no capitulo V do seu livro, algumas divergencias que encontrou nos escriptos d'aquelles auctores, deixando o leitor sem os meios de poder formar, sobre o caso, uma opinião fundada.

Nós, porém, tendo pela experiencia conhecido quanto importa consultar um escripto, em que se pretende basear a veracidade de uma allegação, vamos pela primeira vez dar á estampa a integra da referida lenda, que nos foi permitido tirar de uma cópia authentica do livro de Valentim Fernandes, feita em 1848, e existente na bibliotheca particular de sua magestade el-rei de Portugal.

Segue a cópia:

«Ylha de madeyra como foy pymeiramente achada e por quem E de que maneyra foy povorada.

«Hum cavalleyro de ingraterra que avia nome machyn que foy degradado por seu delicto de ingra terra. E determinou de se hir para espanha. E comprou huma bartscha que he navio de 40 toncos com gavia E meteo toda sua fazenda dentro do navio, com uma sua mançeba e alguuns criados, e assi meteo cabras paraseu comer, foy seu camynho. E em vyndo atraves das berlingas deu tal tempo nelle que ho fez correr a balravento e foy dar consigo aa ilha do porto sancto. E se espantaram quando virom terra, arribarom a ella e decessom em terra abuscar agoa e lenha que aviam mester E assy as cabras e bodês que lhes ficavam por serem magros e mortos de fame os lançaron a pnceer. E esta terra era a ylha do porto sancto agora assi chamada.

«E elles assy estando esclarecendo o tempo virom mais

terra ao mar e fizeram vela e foram ver que terra era, e arri-
barom a hum porto onde agora chamam Matschiquo. E pos
nome ao dito porto machyn E despois os castellanos corrom-
perom ho vocablo e chamaromno malchico.

«Ao dito cavalleyro yngres pareceo bem o porto e a ter-
ra degeo nella E mandou levar hum triquete vela para huma
tenda e machados e fouces e barijs e todo o que avia mester
para comer e repousar em terra, ho qual mandou armar a sua
tenda sobre a borda da rybeyra, a qual era muy graciosa e
desafogadiço de muytos peixes e muytas aves mansas atee as
tomarem com as mãos.

«Despois de repousados determinon em sy se avia algu-
mas povorações na terra. E tomando alguns mantimentos e
dous homens consigo se foy pella ribeyra acima aos picos. E
andou de pico a pico olhando se viria alguma povoraçam ou
sygnal de gente. E andou la tres dias sem achar nada, mas an-
tes achou a terra cada vez mais aspera e fragosa d'arvoredos
grandes que pareciam chegar ao ceo emtam determinou de
tornar para sua tenda e gente.

«Em vijndo o dito cavalleyro com seos dous homens por
huma ladeyra para baixo aonde já pareceo ho porto. E os cria-
dos nom vendo o navio no porto disseñom ao Senhor que lhes
parecia mal e que entendiam que eram fugidos os marinhey-
ros com o navio. E elle esforçandoos como bõ cavalleyro di-
zendo que elles nom fariam tal ruyndade, mas antes stariam
tras alguma ponte, porque lhes poderia ventar alguun vento
em quanto elles andariam fora, ou cortar alguma marra e ca-
çariam. E os criados confrangendose muyto e agastandose
enfraqueçando das pernas que nom podiam andar. E elle os
esforçon e disse, filhos porque pasmais, e tevestes coraçam
por tammanha tormenta que janda temos passados, e se nos
perderemos por esse mar buscamos remedio para nos sal-
var como fazem os outros, quanto mais nhe estamos em ter-
ra muyto bõa e muyto graciosa e ayrosa de muyto peixe,
e muytos pombos mansos, rolas codornizes, agoas muyto es-

peciaes em maneyra que sempre nos poderiamos remediar. E que sabemos, se deos por ventura nos quis escapar das tormentas para povorarmos esta terra e lhe fazermos n'ella algum serviço.

«Leixemos o cavalleyro de como se vinha esforçando. seus criados e digamos dos marinheyros e de seu navjo. Ilo mestre e marinheyros, como viram partir seu senhor para as serras, mostrando que aviam medo d'elle que querria povorar aquella terra com elles e os ter alli. Mas a verdade era que por cobijça das riquezas que tinham na nau determinaram a fugir. E requererom a manceba que ficava em a tenda e assi hum moço pequeno com ella se querriam hir com elles, que elles determinavam de fugir. E ella disse que nom que nunca deos quisesse que ouvesse de leixar seu senhor. Emtam partiram o mestre com seus marinheyros e fizeram vela.

«Aconteceu que hiude elles assi pello mar deu tempo nelles que foram ter a costa de lherbaria e perderomse em hums baixos. E escaparem delles para terra os quaes os mouros cativaron e os outros morrerom.

«Leixemos cativos o mestre com alguns marinheyros e tornemos ao cavaileyro que ficava na ilha.

«Quando este cavalleyro yngres chegou onde tinha sua tenda armada que achou a manceba e o paje, e de como eram fugidos os marinheyros pesoulhe muyto nomno dando entender aa sua companhia, mas antes os esforçava e fazia que não dava nada por ysse dando-lhes muytas razões e esforços e assy das bondades da terra como mantijmentos que nella tinham. E lhes dizia que bem podia nosso Senhor por alli trazer outros navjos por acertoamento que os levassem aa terra dos christãos. E quando nom, que elle sperava com ajuda de nosso senhor ordenar e engenhar hum navjo ou batel que os levasse por esse mar onde fosse mais seu serviço. Sem embargo de fodollos esforços nom prestou aamora da manceba porque de pasma morreo. A qual foy a primeyra que enterra-

rom nesta terra em huma jrmida que elle tinha feito aa qual posnomem sancta cruz.

«A mangaça enterrada entremeteose com seos criados a cortar humm pao grosso e grande de que fizeram haum hatel com algumas ajudas de paos cavados com tornos de pao. E assi calafetavam com limas de pedras. E estiverom nyssso seys meses em aquella terra. Entám matarom muyto peixe e seccaramno, e muytas aves que escalarom e secarom. E assi tomarom corchos e dragoeyros e encheronlino dagoa E com aquelle peixe seco e aves, e assi com os barijs que ajuda tinham, e com o traquète da tenda fizeram vela e partirom por esse mar e foram dar consigo em barbaria em aquella terra onde se perdera seu navio com outros seus criados, e alli sayrom em terra, e logo os cativarom os mouros. E elles andando assi vio os outros do seu navio que eram cativos e arremeteo a elles para os matar. Quando os mouros aquello virom apartaromnos e perguntaronlhe a causa da sua peleja, polio qual estavom espantados por elles serem todos christãos, ho qual lhes foy todo contado. E logo o alcayde dy ho escreveo aelrey de fez seu senhor todo ho passado, assi das ilhas que acharom como da causa acontecida deste cavalleyro yngres. E logo por elrey de fez foy mandado de o levar ante sy. E elle ho contou todo por seu trusymam do que lhe fora acontecido.

«E elrey de fez veendo que se nom podia aproveitar de taes ylhas e terras mandou o cavalleyro aelrei dnm Iohn de castella, com o qual elle entam tinha boas pazes e amizades, ho qual despois de sabido de todo acontecido. Assy por occupaçoẽs como por guerra que tinha naquelle tempo com elrey de portugal, em maneyra que passouho feyto assy em delonga, que morreo o cavalleyro yngres e nom ouve qde mais sobre yssso acudisse. E nom embargante o gaado que ficou na ilha de porto sancto como já dissemos multiplicou em tanta quantidade que a ilhn era toda chea.

«Os castellanos em conquistando as canarias vierom ter a esta ylha do porto sancto com tempo e acharom nella as ca-

bras de que fizeram carnaje e assi tomarom agoa e sangue de dragam que tyram das arvores dragoeyras. E dy avante quando hyam sobre os canareos sempre vinham aa dita ilha fazer carnajem.

«Dalli poucos annos aolando Iohau gonciz zarco darma-da em huma harcha contra os castellanos veo ter ao cabo de sam vicente sem aver tomado algumas dias nenhuma preza nem sabendo por onde hyriom fazer preza. Emtam disse humm castellão que com elle andava. Senhor se quizeres tomar boa preza vamos onde vos eu disser que he a ylha de Porto Sancto, onde os conquistadores de Canaria vão fazer sua carnajem e tomar sua agoa, por quanto como elles alli som sacmse todos em terra e tomalloemos os navios e despois cativaremos a elles em terra.

«E posto que ouvesse grande differença nelles no navio todavia foram la. E quando chegarom o porto sancto, avia ja tres dias que os castellanos eram pariidos, e aoharom as fogueyras feitas em terra e assi as tripas da carnajem e algum gado morto. E fizeram tambem sua carnajem e tomarom agoa e lenha e folgarom alguns dias e olharom a terra muy bem. E determinou logo o capitam de viir povorar a dita terra querendo ho Iffante dom anrique seu senhor. E logo ho foy a buscar ao cabo de sam vicente onde estava o Iffante em sagres e lhe contou tudo que vira e os desejos que tinha de povorar aquella terra com sua ajuda. com ho qual o Iffante foy muyto ledo e contente. E escreveu logo a elrey seu padre que estava em santarem pedindolhe de merçee as ditas ilhas para as povorar E elrey lles outorgou.»

Da comparação, pois, d'esta narrativa com as de Mello e Galvão resultam divergencias essenciaes, das quaes vamos notar as mais flagrantes.

A narração de Fernandes differe logo ao principio da dos outros auctores, declarando que Machico saíra de Inglaterra degredado por seu delicto e não fugido com uma dama nobre.

A dama que em Mello e Galvão é parte importante, no

escripto de Fernandes é objecto tão secundario que, em vez de uma senhora nobre, e muito principalmente mais nobre que Machico, poderia ser uma *manceba* trivial, que, como diz a lenda, por cousa alguma deixaria seu *senhor*.

Pois uma dama ingleza nubre, chamaria nunca *seu senhor* a um individuo de estirpe menos elevada?

Mello e Galvão dizem que Machico fôra directamente á Madeira, em quanto que Fernandes o conduz primeiro a Porto Santo; e, quanto aos carneiros que Fernandes diz terem ficado n'esta ilha a pascer, se elles não fossem tambem legendarios teriam multiplicado tanto, que a sua natural voracidade não deixaria em que os coelhos, levados mais tarde á mesma ilha por Perestrello, podessem exercer a devastação que referem quasi todos os historiadores d'aquellas ilhas, até ao proprio snr. Major.

Fernandes não deu cabo do seu Machico na ilha da Madeira. N'este ponto Galvão e Fernandes estão de accordo, ias em contraposição com Mello que, para crear a entidade Moraes, fez morrer Machico na Madeira, 5 dias depois da morte de Anna de Arfel. Ainda assim Fernandes diz «e com o traquete da tenda fizeram vela e partiram»; e Galvão diz «foi dar á Costa d'Africa sem velas nem remos».

E é com taes escriptos que se pretende destruir as concordés asserções de Azurara e de Barros, o primeiro escriptor coevo do descobrimento da Madeira e ambos de uma seriedade e autoridade reconhecida pelos principaes escriptores modernos; e com relação ao primeiro dos quaes, o visconde de Santarem, por mais de uma vez, dá publico e honroso testemunho na introdução e notas da «Chronica da Descoberta e Conquista de Guiné».

Como poderá restabelecer-se a verdade de tal noção historica sobre documentos tão controversos?

Quanto a nós, parece-nos que bem devêra ficar, a parte mais notavel da lenda, como diz o snr. Major no seu capitulo V, considerada como *mytho* e o addicionamento como *inven-*

ção, se o mesmo senhor nos não tivesse dado como, sendo um e o mesmo documento, aquelle que Mello diz ter-lhe vindo á mão por um *extraordinario* caminho, e o escripto da familia de Zarco, a que Barros tinha alludido um seculo antes. Mas quem pôde assegurar ao snr. Major que estes dous documentos fossem um e o mesmo escripto, se ninguem até hoje os comparou por não terem sido encontrados em parte alguma?

O snr. Major notando, no capitulo V da sua já mencionada obra, ter predominado em perto de tres seculos a opinião de haverem sido as ilhas da Madeira e Porto Santo descobertas em 1418 e 1420; attribue a Barros o erro d'essa supposição, dizendo que este escriptor excedera a authoridade do chronista Azurara, de quem confessa ter tirado o processo do descobrimento.

Mas isto não é assim, perdoe-nos o snr. Major: ha aqui um equivoco. O processo do descobrimento que Barros diz ter tirado de Azurara é o da Guiné e não o da Madeira; mas além d'isto, tanto para uma como para outra relação, do que Barros se serviu foi dos manuscriptos de Azurara e de Affonso de Cerveira (1), e não da chronica propriamente dita, porque essa ao tempo já tinha desaparecido do reino (2). E', portanto, infundada a accusação de que Barros excedera a authoridade de Azurara.

(1) Barros: D. 1.^a, liv. 2.^a, cap. 1.^o: «E estas que elle escreveo (Azurara) d'este descobrimento do tempo do Infante dō Henrique (segundo elle diz já as recebeu de hum Affonso de Cerveira que foy o primeiro que as pos em ordem: do qual Affonso de Cerveira nós achamos algunas Cartas escriptas em Beni, estando elle ali feiturizando por parte del Rey dom Affonso. E posto que tudo, ou a maior parte do que ta qui escrevemos seja tirado da escriptura de Gomezyanes, & assai deste Affonso de Cerveira: não foi pequeno o trabalho que tivemos em ajuntar cousas derramadas, & por papeis rotos, & fora da ordem que elle Gomezeanes leou no processo deste descobrimento.»

(2) Azurara: C. da D. e C. de Guiné, Introducção do V. de Santarom—Barros: Introducção ás D. da Asia.

Não sabemos como é que o snr. Major, dizendo ter em seu poder os meios de restabelecer a verdade da noção histórica de Machico, e julgando-a comprovada pela relação de Valentina Fernandes, nos dá no seu livro uma quarta e nova versão da mesma lenda, á qual chama extracto da que foi narrada pelo possuidor da *relação original manuscripta*. O snr. Major dando-nos esta quarta versão, não nos diz de quem ella seja, quem a viu, nem onde existe. Seja, porém, de quem fôr, nós entendemos que as notaveis divergencias de todas ellas são por si só o bastante argumento contra o objecto da lenda.

Seguindo a narração do snr. Major encontramos que, entre os christãos resgatados do captivoiro de Marrocos, com o legado que o infante D. Sancho de Aragão deixou em 1416, viera um hespanhol João de Morales que, sendo capturado pelo navegante portuguez João Gonçalves Zarco, communicára a este a descoberta de Machico.

N'esta parte a relação de Fernandes, como o leitor já deve ter observado, é muito differente, mas não mtenos inverossimil.

Foi preciso, ao auctor da *relação original manuscripta*, forjar esta captura para justificar o facto de ter sido o descobrimento da Madeira feito por portuguezes, porque, aliás, elle deveria ter sido emprehendido pelos compatriotas de Morales. Comtudo esqueceu ao auctor a falta de motivo plausivel para que os portuguezes podessem n'aquella epocha, sem quebra de tractados, capturar um navio hespanhol, de Castella ou Aragão, e fazer presa da sua tripulação; pois que com Aragão estava Portugal em paz, e comquanto não houvesse um tractado devidamente assentado com Castella, havia comtudo ireguas juradas desde 1411, que duraram até depois da descoberta da Madeira (1420), e as quaes foram convertidas em tractado de amizade logo que el-rei de Castella completou 14 annos.

De todos os reis da península hispanica, só o mouro de Granada deixou de obter de el-rei D. João I resposta satisfactoria quando, constando-lhes os grandes armamentos que an-

tes de 1415 se fizeram em Portugal sem que elles soubessem para que, vieram pedir ratificação dos tractados de paz. Por essa occasião ficámos nós devendo a um honrado hespanhol que era corregedor de Carçola, um elogio proferido por esta authority, no conselho que a regente de Castella, a prouosito, entendeu mandar reunir em Palencia, elogio que La Ciede relata pela seguinte fórma:

«Que razão ha para consternar-nos com as preparações dos portuguezes? Porque quereis obrigar-nos a romper a paz só por meras suspeitas? Este procedimento seria a maior vergonha para o nosso monarcha. Se este principe verdadeiro, grande e magnanimo jurou solemnemente a paz connosco, se nos offerceceu soccorro contra os mouros, se se offerceceu a vir em pessoa capitanear os nossos exercitos, que razão ha para irmos hoje, sem maior fundamento, tomar armas contra elle? Não poderão os portuguezes fazer movimento que não seja para nos offender? Estão porventura obrigados a descobrir-nos seus segredos? E quem é que os descobre, maiormente quando os segredos envolvem alguma empreza grande? Sem razão, pois, nos consternamos, e maior injustiça é querer intentar contra elles, só porque nos occultam seus designios. Quando os formassem contra nós, bem podeis estar certos, eu os conheço muito bem, não deixariam de nos advertir, como generosos e sinceros que são. O condestavel D. Nuno Alvares Pereira, que trata com el-rei, seu senhor, em apromptar o armamento que hoje é nosso terror, e objecto d'este conselho, quando quiz entrar com a mão alçada em nossas terras, primeiro mandou aviso aos nossos capitães, que estavam na fronteira. Se elle em tempo de guerra declarada obrou com tanta generosidade, quando o odio e o interesse requeriam, e até tornavam necessario darem de subito contra nós, porque razão seria elle menos generoso hoje que as duas nações vivem em paz entre si, e el-rei de Portugal dá todas as mostras de querer mais do que nunca conservar connosco estreita amisade? . . »

Não é preciso mais!

Para que hoje possamos fazer ideia do conceito em que então era tido em Hespanha o genio cavalleiroso dos portuguezes basta o que fica transcripto sob a authoridade de La Clede.

Por muito pouco que então se respeitassem os tractados entre os reis da península, não é crível que os christãos, resgatados ao captiveiro dos infieis de uma nação inimiga, corressem o risco de virem a ficar captivos dos christãos de uma nação amiga.

Em taes condições parece-nos, pois, evidente que a captura de Morales era um impossivel.

O nome de Machico dado a uma localidade da ilha da Madeira tambem, a nosso ver, não pôde servir de argumento em favor da estada de inglezes n'aquella ilha, antes de lá terem chegado os portuguezes. Notaremos em primeiro lugar, sem contudo querermos fazer d'esta a principal impugnação, que o nome de Machico tanto pôde ser corrupção de Machin como diminutivo de macho. A indole vulgar do idioma portuguez não se oppõe a esta supposição. Azurara auxilia-a quando na sua *chronica* lhe chama Machito (1), e o proprio Mello quando o nomeia Machino (2).

Pois assim como na Africa se ficou denominando «Angra de Cavallos», ao ponto onde em 1433 os descobridores lançaram dois cavallos (3), para n'elles irem explorar o interior do paiz; não poderia tambem o nome de Machico, machito, ou machino ter sido dado áquella localidade da Madeira por um igual motivo?

(1) Azurara. C. da D. e C. de Guiné. Cap. LXXXIII, pag. 388.

(2) Francisco Manoel de Mello. «Epanaphora Amorosa», pag. 338.

(3) Azurara. C. da D. e C. de Guiné. Cap. IX.
D. de Góes. Ch. do P. D. João. Cap. VIII.
Barros. D. 1.^a Liv. 1.^o Cap. V.

Concluindo, diremos que se alguma das lendas fosse de data anterior á da descoberta por Zarco e Tristão, poderia então colher o argumento do sr. Major, que diz terem estes (os portuguezes) reconhecido que Machico os precedera, dando o seu nome a uma das localidades da ilha; porém, sendo a mais antiga de todas as lendas quasi um seculo posterior á descoberta da Madeira por Zarco e Tristão, o que d'aqui clara e unicamente se pôde concluir é que a lenda fôra inventada *ad hoc*, depois de ter sido posto áquella localidade o nome de Machico; e é por isso que todas ellas concordam, mas unicamente, no nome e local de Machico.

O contrario d'isto é que será preciso provar, para se assentar que tivessem sido inglezes e não portuguezes os primeiros descobridores da ilha da Madeira.

Ha ainda um ponto que é preciso não deixar em vigor.

Como poderá entender-se que, se as ilhas de Porto Santo e Madeira tivessem sido descobertas entre os annos de 1317 e 1351, como diz o sr. Major, e sendo esse descobrimento tambem portuguez; como poderá entender-se, dizemos, que de tal descobrimento nos não ficasse noção alguma, escripta ou tradicional; indo, pelo contrario, as indicações d'essas ilhas parar só ás cartas estrangeiras?

O alvoroço que causou em Portugal a noticia da descoberta d'essas terras em 1419, por Zarco e Tristão, e o afan com que muitas pessoas de todas as classes correram logo a povoar as novas ilhas, protestam bem alto contra a supposição de já terem sido estas mesmas terras descobertas por portuguezes ou estrangeiros ao serviço de Portugal.

Nós entendemos que as indicações de terras e ilhas oceanicas, hem ou mal lançadas em cartas de epochas anteriores ao descobrimento d'essas terras, não passam de addicionamentos feitos posteriormente, sem intenção de prejudicar a gloria de seus verdadeiros descobridores, e tão somente com o fim de augmentarem os conhecimentos geographicos, com a

indicação das terras que se descobriram depois da construcção das referidas cartas.

Todas as pessoas que estiverem acostumadas a lidar com cartas geographicas, sabem muito bem que estes addicionamentos são tão communs, que ainda hoje se praticam, sem ideia de falsificação; que no XV seculo, epocha das principaes descobertas, carta alguma poderia andar em dia com o rapido progresso d'estes feitos, e que por consequencia estes addicionamentos eram então uma necessidade tanto mais instante na occasião, quanto mais prejudicial para a historia; porque, sendo todas essas cartas manuscriptas, podiam n'ellas admitir-se muitas inserções nos espaços claros, sem deixarem vestígios de terem sido retocadas ou accrescentadas.

Os nomes, com que se designam na carta catalã de 1351, citada pelo snr. Major, as differentes ilhas do grupo da Madeira, são a mais evidente prova de não terem taes ilhas sido incluídas n'aquella carta antes de 1420, pois que, sendo opinião geral, também partilhada pelo snr. Major, que as ilhas da Madeira foram povoadas depois da descoberta de Zarco (1420), claro está que a denominação de *Deserta*, dada na referida carta a uma das ilhas, só poderia ter sido posta depois das outras ilhas se acharem povoadas, pois que antes, todas ellas eram desertas, e uma tal designação não poderia aproveitar só áquella.

ERRATAS

Na pagina 6 linha 15.—Onde se lê No reinado de D. Duarte III—deve ler-se *No reinado de Duarte III.* •

Na pagina 7 linhas 26 e 27—Onde se lê ingliezes—deve ler-se *infelizes.*